

Interseccionalidade manifesta: a contribuição epistemológica das teorias construídas no sul global

Manifest intersectionality: the epistemological contribution of theories developed in the global south

Kenny Stephanny Souza Oliveira¹
Margareth Pereira Arbués²

Resumo: O conceito de interseccionalidade foi sistematizado por Kimberlé Williams Crenshaw e publicado pela primeira vez em seu artigo “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas” em 1989. A teoria interseccional sugere que, em vez de lidarmos exclusivamente com grupos distintos de pessoas, lidamos com grupos que se sobrepõem. Essa sobreposição pode se entrelaçar em âmbitos de gênero, raça, etnia, idade, entre outros. Crenshaw, antes de cunhar o conceito já vinha trabalhando-o em seus escritos sobre raça e gênero. Da mesma maneira, no sul global, as questões interseccionais já eram inquietações de pesquisadoras como Lélia Gonzalez (1984;2018) e Sueli Carneiro (1997) em seus ensaios e artigos sobre gênero e raça, com estudos sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras, construção de identidades e feminismo negro. Os escritos de Lélia Gonzalez, antropóloga brasileira, assim como de outras pesquisadoras, com abordagem decolonial, são de suma importância para compreensão das questões interseccionais enfrentadas por mulheres de países de economia emergente e subdesenvolvidos. Por meio de uma pesquisa qualitativa, com abordagem decolonial, o objetivo do trabalho é traçar a contribuição epistemológica das teorias construídas por pesquisadoras no sul global como Lélia Gonzalez (1984;2018) e Sueli Carneiro (1997) para ampliação da compreensão do conceito de interseccionalidade.

Palavras-Chaves: Feminismo Negro. Abordagem Decolonial. Teoria Feminista.

Abstract: The concept of intersectionality was systematized by Kimberlé Williams Crenshaw and first published in her article "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics" in 1989. Intersectional theory suggests that, instead of dealing exclusively with distinct groups of people, we deal with groups that overlap. This overlap can intertwine in areas such as gender,

¹ Doutoranda e Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos (PPGIDH/UFG), bacharela em Direito pela UNIEVANGÉLICA. Advogada. Pesquisadora do Observatório Regional de Políticas de Combate às violências de Gênero. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). E-mail: kennyestephanny@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8084766671485482> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1640-8831>

² Pós-doutora em *La tutela dei soggetti deboli negli ordinamenti europei e latino-americani*: Direito e Vulnerabilidade pela Università Degli Studi di Messina - Repubblica Italiana. Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO. Mestra em História-UFG. Possui bacharelado em Direito e Licenciatura em Estudos Sociais e História. Advogada. Professora da Universidade Federal de Goiás no Câmpus-Goiás e no PPGIDH. E-mail: margareth_arbues@ufg.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8826668985459839> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3132-7204>

race, ethnicity, age, among others. Before coining the concept, Crenshaw had already been working on it in her writings on race and gender. Similarly, in the Global South, intersectional issues were already concerns of researchers such as Lélia Gonzalez (1984; 2018) and Sueli Carneiro (1997) in their essays and articles on gender and race, with studies on the challenges faced by Black women, identity construction, and Black feminism. The writings of Lélia Gonzalez, a Brazilian anthropologist, as well as those of other researchers with a decolonial approach, are of paramount importance for understanding the intersectional issues faced by women from emerging and underdeveloped economies. Through qualitative research with a decolonial approach, this paper aims to trace the epistemological contribution of the theories developed by researchers in the Global South, such as Lélia Gonzalez (1984; 2018) and Sueli Carneiro (1997), to broaden the understanding of the concept of intersectionality.

Keywords: Black Feminism. Decolonial Approach. Feminist Theory.

Introdução

Durante sua participação no XVIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) em outubro de 2023, a renomada escritora, filósofa e ativista Ângela Davis destacou a origem do feminismo negro no Brasil: “O feminismo negro nasce no Brasil, um país no qual, no contexto do candomblé, a liderança de mulheres negras mais velhas é levada a sério, é respeitada” (Davis, 2023 *apud* Gomes, 2023, online). Essa declaração ressoou no país, principalmente dentro dos movimentos de mulheres ativistas e feministas negras e deu luz a um debate imprescindível sobre a relação da interseccionalidade com o ativismo negro e, mais que isso, sobre o protagonismo de mulheres brasileiras.

Sua observação, não só desencadeou um debate significativo e urgente sobre a relação intrínseca da interseccionalidade com o ativismo negro de mulheres no país, como provocou reflexões sobre o protagonismo das mulheres brasileiras, as complexidades de suas vivências entrelaçadas e a influência dessas experiências no desenvolvimento do feminismo negro no contexto sociocultural do Brasil.

Nesse cenário, cumpre aqui destacar a importância crucial de explorar as raízes e a trajetória desse movimento de mulheres, considerando não apenas o legado histórico, mas também as contribuições de pensadoras brasileiras como Lélia Gonzalez (1984; 2018) e Sueli Carneiro (1997) que desempenharam papéis fundamentais na construção e expansão do conceito de interseccionalidade – sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002) – no contexto brasileiro.

Nesse sentido, mesmo após a superação do colonialismo político, a cultura eurocentrada do saber mantém seu caráter de dominação colonial nos imaginários das populações

colonizadas. A colonização do poder, que também se manifesta no domínio do conhecimento, exerce sua influência no cerne dos indivíduos. Conforme observado por Quijano (1992, p. 02), os colonizadores impuseram uma representação mistificada de seus próprios métodos de produção de conhecimento e significados. Nesse contexto, os conhecimentos das populações colonizadas foram desacreditados e privados de valor científico-social, enquanto a cultura europeia foi idealizada como uma verdade real e científica. A cultura europeia, assim, passou a ser considerada um modelo cultural universal, consolidando-se como uma fonte de poder por meio da construção imaginária dessa suposta verdade universal. Quijano (2005), ainda destaca a importância da ressystematização do conhecimento, a descolonização do saber em um processo de valorização dos saberes e epistemologias locais e não europeias. Isso representa uma forma primária de desafiar estruturas de poder epistêmicos ocidentais impregnados nos imaginários das populações que sofreram e sofrem a colonização política europeia. A ênfase recai na necessidade de estabelecer uma produção de conhecimento mais ampla e equitativa, valorizando formas e saberes diversos.

O presente estudo, orientado por uma perspectiva de análise decolonial, buscou abordar a importância do conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (2002) ao tempo que é traçado as contribuições epistemológicas de renomadas pesquisadoras brasileiras como Lélia Gonzalez (1984;2018) e Sueli Carneiro (1997). Seu objetivo foi o de ampliar a compreensão do conceito de interseccionalidade sistematizado por Kimberlé Crenshaw em 1989, e trazer contribuições para uma visão mais inclusiva e contextualizada das experiências das mulheres negras no Brasil. De maneira que buscou promover uma reflexão crítica sobre a necessidade de descentralizar o conhecimento e reconhecer a pluralidade de saberes, desafiando assim as estruturas eurocentradas ainda presentes no campo acadêmico.

A sistematização do conceito de interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade foi sistematizado por Kimberle Crenshaw e foi publicado pela primeira vez em seu artigo “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas” em 1989.

Em seu texto “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, Kimberlé Crenshaw (2002) apresenta que a pulsão para pesquisa do tema surgiu a partir de suas vivências pessoais. Ela, mulher negra, professora, pesquisadora, ativista que tem seu trabalho

reconhecido mundialmente, que influenciou fortemente a elaboração da cláusula de igualdade da África do Sul, que teve um de seus artigos integrados ao Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo que ocorreu em 2001 em Durban não passou ilesa ao racismo estrutural e as intersecções de raça e gênero, pelo contrário, foi uma vivência pessoal sua que a impulsionou a pesquisa e sistematização do conceito. Crenshaw (2002) conta que quando estava no primeiro ano da faculdade de direito, participava de um grupo de estudos com dois colegas afro-americanos. E um desses colegas foi o primeiro membro afro-americano aceito em uma prestigiada agremiação de estudantes de Harvard. Nenhum negro havia participado antes dele. O colega convidou Crenshaw e o outro para visita-lo na agremiação. Os dois convidados, já cientes da estrutura branca e racista da instituição conversaram e decidiram que, caso se deparassem com qualquer hostilidade e discriminação dariam meia-volta imediatamente. Chegando o dia, caminharam até a porta da agremiação e tocaram a campainha

Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: “Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que vocês não podem entrar pela porta da frente”. Meu colega imediatamente retrucou: “Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial”. O colega anfitrião esclareceu: “Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberle é que não pode, porque ela é mulher”. Aí veio a surpresa, meu colega disse: “Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos” (Crenshaw, 2002, p.7 e 8).

Essa experiência pessoal de Kimberlé Crenshaw a fez pensar que a solidariedade contra qualquer discriminação racial que existia entre ela e seu outro amigo convidado havia caído por terra com o esclarecimento de que a discriminação não era racial, mas sim de gênero. “Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno” (Crenshaw, 2002, p. 8). Assim, a partir dessa passagem, enquanto mulher negra pesquisadora Crenshaw seguiu buscando entender esse fenômeno o que a fez chegar a sistematização do conceito da interseccionalidade.

A experiência relatada por Crenshaw remota a corporificação do conceito de escreviência de Conceição Evaristo:

Pensar a Escrivência como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica (Conceição Evaristo, 2020, p. 29).

Nesse movimento de escrivência, Crenshaw (2002) introduz conceitos cruciais para compreender a sistematização do fenômeno de interseccionalidade. Mesmo tendo mais de quatro décadas, esse conceito não tem recebido a devida atenção na academia. Segundo Crenshaw (2002, p. 9), "Uma das razões pelas quais a interseccionalidade representa um desafio é que, francamente, ela lida com as diferenças dentro da própria diferença". Ao sistematizar a interseccionalidade Kimberlé (2002): a) Apresenta uma estrutura que permite a identificação de discriminação racial e de gênero visando à compreensão de como essas discriminações operam juntas de maneira a limitar as chances de sucesso das mulheres negras; b) Enfatiza a necessidade de reconhecimento das experiências das mulheres negras de maneira que não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial e da discriminação de gênero; c) Explora a ampliação do entendimento as categorias de discriminação racial e discriminação de gênero para a abordagem das questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam: discriminação interseccional.

Assim, Kimberlé (2002) aponta ao sistematizar o conceito de interseccionalidade que este aborda as diferenças dentro das diferenças, "[...] sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos" (p.10). Ambas as questões raciais e de gênero têm lidado com a diferença, "[...] o desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero" (p. 9). Na sistematização de Kimberlé Crenshaw o entrelaçamento e sobreposição de marcadores podem ser diversos, como raça, gênero, classe, idade entre outros. Mesmo que o conceito de interseccionalidade tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, já havia, no Brasil, estudos de pesquisadoras brasileiras que se abordavam o fenômeno.

As contribuições epistemológicas do Sul Global

Embora o conceito de interseccionalidade tenha sido sistematizado e apresentado por Kimberlé Crenshaw em 1989, pesquisas indicam que as décadas de 1960 e 1970

desempenharam um papel crucial na formação das ideias precursoras, originadas a partir do ativismo social.

No final dos anos 1960, mulheres negras começaram a estabelecer suas próprias organizações políticas, adotando o termo 'feminista negra'. Isso ocorreu porque nos movimentos como Black Power e Red Power, inicialmente, as mulheres negras, em geral, eram subordinadas aos homens. Apesar da igualdade nominal, a realidade era diferente para as mulheres, que não desfrutavam de espaço político de expressão nessas organizações. Somente na década de 1970 é que as afro-americanas começaram a ocupar posições de liderança dentro do movimento Black Power (Collins; Bilge, 2021).

O movimento organizado de mulheres negras no Brasil ganhou considerável fortalecimento na década de 1990, como desdobramento do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988, realizado em Valença, Rio de Janeiro. Entretanto, durante os anos 1960 e 1970, um período marcado pela ditadura militar no Brasil, já existiam iniciativas e organizações em que as mulheres negras desempenhavam papéis de destaque e lutavam pelos seus direitos. Exemplos incluem o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, a Casa das Minas, uma organização religiosa afro-brasileira, além de vários grupos e coletivos dispersos pelo país (Gonçalves, 2019; UNESP, 2021).

Os movimentos organizados de mulheres negras em diferentes países compartilham uma característica comum: a sobreposição das discriminações.

[...] embora separadas das afro-brasileiras pela geografia, pela língua e pelas histórias nacionais, as afro-americanas também entendiam que lidar com a opressão com a opressão que enfrentavam não se resolveria apenas por meio de estruturas de raça, classe, gênero ou sexualidade (Collins; Bilge, 2021, p. 91).

As mulheres negras, independentemente de sua localização geográfica, são marcadas pelas sobreposições das discriminações de raça, gênero e classe como resultado da lógica colonial-branca-patriarcal. Ao longo da história, as pesquisadoras negras, por meio de um processo intelectual emancipatório, têm denunciado as violências e discriminações que permeiam suas experiências no contexto social designado e ocupado pelas mulheres negras. Assim, "[...] as ideias centrais da interseccionalidade aparecem em vários textos fundamentais do feminismo negro" (Collins; Bilge, 2021, p. 91). No Brasil é possível notar o cuidado com o

fenômeno da interseccionalidade nos estudos de várias autoras, como Lélia Gonzalez (1984; 2018) e Sueli Carneiro (1997).

Nesse contexto, no sul global, as preocupações interseccionais já estavam presentes entre as pesquisadoras, mesmo antes da formalização do termo por Kimberlé Crenshaw. Um exemplo notável é Lélia Gonzalez (1984, p. 228), que, ao criticar o mito da democracia racial, abordou em suas pesquisas as peculiaridades que marcam os corpos das mulheres negras: "[...] como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra". Dessa forma, Lélia González já denunciava, em 1983, as sobreposições de raça, classe e gênero que permeiam os corpos das mulheres negras.

Lélia Gonzalez (2018) foi uma das primeiras pensadoras no Brasil a articular de forma sistemática as interseções entre raça e gênero, desafiando as concepções tradicionais de feminismo ao traçar argumentos de que as experiências das mulheres negras não poderiam ser compreendidas apenas por meio de uma lente feminista que ignorasse as complexidades da raça e da classe: "O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo" (p. 191). Esse apontamento de Lélia Gonzalez também corporifica a escrevivência em Conceição Evaristo (2020).

Nesse contexto, torna-se evidente, por meio das narrativas e relatos de pesquisadoras negras, como Lélia Gonzalez (1983; 2018) e Kimberlé Crenshaw (2002), a conscientização sobre o caráter político de seus corpos negros diante da vivência do fenômeno da interseccionalidade. Essa percepção as impulsionou a aprofundar seus estudos para compreender integralmente esse fenômeno complexo e multifacetado.

Da mesma forma, Sueli Carneiro, ao abordar a "Organização Nacional das Mulheres Negras: desafios e perspectivas", publicada pela primeira vez em 1988 e republicada pelo Geledés no "Caderno IV" em 1997, explora as sobreposições de opressão presentes nos corpos das mulheres negras ao destacar a importância do movimento político das mulheres negras no Brasil: "A constituição da mulher negra como um novo ator político exigiu criatividade no sentido de demarcar a identidade política do ser mulher negra diante da questão da mulher e da questão do negro" (p.15). A percepção da marginalização da mulher negra, sobreposta pelas discriminações raciais enfrentadas pelos homens negros e pelas discriminações de gênero vivenciadas pelas mulheres brancas, tem sido e continua sendo crucial para compreender a necessidade de um movimento político organizado especificamente para as mulheres negras.

Essa identificação de que as abordagens sobre os temas centrais da interseccionalidade já estavam sendo exploradas por pesquisadoras no Brasil antes da sistematização por Kimberlé Crenshaw demonstra como o entrelaçamento das identidades e opressões vivenciadas pelas mulheres negras existem independentemente da localização geográfica em que essas mulheres se encontram.

María Lugones (2020) explora em seus estudos a intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade, focalizando principalmente na tentativa de compreender a preocupante indiferença dos homens (negros e brancos) diante das violências sistematizadas enfrentadas pelas mulheres de cor. Essa necessidade de compreensão se estende igualmente às mulheres brancas, corroborando a importância da existência de um movimento feminista negro.

As violências infligidas às mulheres negras no Brasil encontram legitimação na estrutura patriarcal capitalista e permeiam todas as instâncias sociais do país. Os escritos de Lélia Gonzalez, renomada antropóloga brasileira, assim como os de Sueli Carneiro e outras pesquisadoras que adotam uma abordagem decolonial, desempenham um papel crucial na compreensão das questões interseccionais enfrentadas pelas mulheres negras no contexto brasileiro. Essas questões muitas vezes se manifestam em formas de discriminação estrutural, caracterizada por uma marginalização que não se apresenta ativamente, ocorre de maneira que as estruturas de raça e gênero marginalizam as mulheres que se apresentam na base (Crenshaw, 2002).

Considerações finais

Buscou-se aqui evidenciar as contribuições do Sul Global especialmente através das perspectivas de Lélia Gonzalez (1984;2018) e Sueli Carneiro (1997), para a compreensão e desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, de modo a revelar a riqueza de experiências que permeiam o feminismo negro no Brasil. A essência do fenômeno da escrevivência, vivenciada pelas pesquisadoras aqui abordadas, destaca-se como um elemento unificador na busca por uma compreensão mais profunda das interseções de raça, gênero e classe.

A importância da trajetória do movimento de mulheres negras no Brasil, do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988 e a atuação de organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU), são essenciais para compreensão da importância da presença e liderança de mulheres negras no país.

Lélia Gonzalez (1984;2018) surge como uma figura pioneira ao articular de forma sistemática as interseções entre raça e gênero, desafiando concepções tradicionais de feminismo no Brasil. Sua crítica ao mito da democracia racial e o reconhecimento da violência simbólica exercida de maneira especial sobre as mulheres negras descritas em seus textos ainda em 1983 são precursores essenciais da interseccionalidade.

Sueli Carneiro (1997), por sua vez, contribui de maneira significativa ao enfocar o movimento político das mulheres negras no Brasil. Sua abordagem destaca a necessidade de demarcar a identidade política do ser mulher negra diante da questão da mulher e da questão do negro. A interseccionalidade manifesta. A organização da mulher negra como novo ator político, como Carneiro argumenta, exige criatividade e consolida-se como um ponto-chave para o desenvolvimento da interseccionalidade como identidade.

As contribuições trazidas por apresentadas aqui antecedem a sistematização do conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw que ocorreu em 1989, o que deixa evidenciado que o fenômeno já era abordando e trabalhado por pesquisadoras brasileiras antes mesmo de sua estruturação conceitual. A interseccionalidade apresenta-se assim como fenômeno que transcende fronteiras geográficas.

A vivência pessoal de Kimberlé Crenshaw (2002) e sua experiência durante o primeiro ano da faculdade de direito com o episódio na agremiação de estudantes de Harvard ressalta a necessidade de compreender as complexidades das interseções de raça e gênero, marcando o compromisso de Crenshaw em entender e sistematizar o conceito de interseccionalidade.

O fenômeno da escrevivência, como articulado por Conceição Evaristo (2020) e vivenciado por Lélia Gonzalez (1984;2018) e Kimberlé Crenshaw (2002), torna-se essencial para a análise das interseções de opressão enfrentadas pelas mulheres negras. A consciência sobre o caráter político de seus corpos diante da interseccionalidade impulsionou essas pesquisadoras a aprofundar seus estudos e contribuir de maneira fundamental para a compreensão do fenômeno que se apresenta com caráter global.

Ao abordar as contribuições do Sul Global para a interseccionalidade, este estudo não buscou apenas ressaltar a importância de Lélia Gonzalez (1984;2018) e Sueli Carneiro (1997), mas também destaca a necessidade urgente de uma abordagem decolonial no campo acadêmico. Evocando a resistência à dominação colonial nos imaginários das populações colonizadas, conforme evidencia Aníbal Quijano (2005).

As pesquisadoras brasileiras apresentam uma resistência ativa à colonização do conhecimento, propondo uma ressystematização que valoriza os saberes e epistemologias

locais. Lélia Gonzalez (1984;2018), ao desafiar as concepções eurocentradas da democracia racial, e Sueli Carneiro (1997), ao demarcar a identidade política das mulheres negras, exemplificam a importância da descentralização do conhecimento. Essas contribuições representam uma forma de desafiar as estruturas de poder epistêmicos ocidentais ainda presentes, promovendo uma produção de conhecimento mais ampla e equitativa. As vozes do Sul Global, inclusive do Brasil, não apenas enriquecem a compreensão da interseccionalidade, mas também oferecem um caminho visando uma abordagem decolonial do saber.

Referências

CARNEIRO, Sueli. **A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas.** Cadernos Geledés, v. 4, p. 8-14, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf> Acesso em: 16 ago. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONCEIÇÃO, Evaristo. **Escrevivência: a escrita de nós.** org. Constância Lima Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escritade-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf> Acesso em: 22 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** Revista Estudos Feministas, nº 1, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf> Acesso em: 02 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum. Article 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GOMES, Chrisiane. **Angela Davis destaca o protagonismo do feminismo negro brasileiro.** Disponível em: <https://rosalux.org.br/angela-davis-destaca-o-protagonismo-do-feminismo-negro-brasileiro/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-

%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em 04 ago. 2023.

LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero**. Pensamento feminista: perspectivas decoloniais. Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-82.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad-racionalidad**. In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449. Tradução de wanderson flor do nascimento. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade%20(1).pdf Acesso: 03 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

UNESP, Universidade Estadual Paulista. **Pioneirismo do Movimento Negro Unificado pela Igualdade Racial**. 2021. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/527/pioneirismo-do-movimento-negro-unificado-pela-igualdade-racial/> Acesso em: 02 ago. 2023.